

Operários, ao comício e à manifestação de hoje!

Quem tiver amor à Liberdade não deve neste momento deixar de manifestar publicamente esse sentimento nobre.

Quem tiver verdadeiro amor à Justiça, não deve esquecer-se de que ela foi miseravelmente atraindo pelos que se arrogam o direito de exercê-la. Manda o mais rudimentar espírito de Justiça que aos acusados seja garantido o direito de defesa. E aos operários deportados foi negado esse direito. Sem forma de processo, sem julgamento, apenas acusados de vagos delitos de que tanto podem ser culpados como não, são remetidos por simples ordem da polícia para inóspitas paragens, no propósito firme de condená-los à morte. É um crime do Poder praticado sobre supostos criminosos!

E parte do crime meditado pelo governo de Vitorino Guimarães e mantido pelos seus sucessores já teve as suas trágicas consequências: quatro deportados já perderam a vida, minados de febres, abatidos pelo clima.

Nas esquadras policiais gereram incommunicáveis, contra a letra da Constituição, durante meses, alguns operários. Levantada a incommunicabilidade, conservaram-nos presos sem culpa formada durante seis meses, quando não podiam conservá-los detidos mais de oito dias. Formado, por fim, o processo torto e aleijado, em vez de serem entregues ao poder judicial, enviando-os para o Limoeiro, a polícia, saltando sobre todas as leis da república, mantém-nos nas esquadras onde suas vidas correm permanente risco.

É assim que as autoridades, tão gentis e amáveis para com os altos burlões da política e da finança, procedem para com os operários humildes que não têm bancos nem jogam na Bôlsa.

Assassinaram-se a tiro, alegando que pretendiam fugir, um operário que foi atingido no peito e um cego que não podia correr!

É para verberar todos estes crimes brutais e para forçar o Estado burguês a reparar todas estas injustiças que o proletariado deve comparecer hoje, pelas 13 horas, na sede da Câmara Sindical do Trabalho, na calçada do Combro, onde se realizará um importante comício, seguindo dali o operariado em manifestação ao Parlamento, onde será entregue uma representação.

Para reforçar o protesto do operariado de Lisboa, a U. S. O. do Porto também promove hoje na capital do Norte um grande comício de protesto contra as deportações e prisões iníquas.

Pela justiça, contra os crimes das autoridades, proletários ao comício!

Pela liberdade, contra as deportações sem julgamento, operários, à manifestação!

A Câmara Sindical do Trabalho e a comissão Pró-regresso dos Deportados entregam hoje no Parlamento uma eloquente representação

A Câmara dos Deputados e endereçada ao seu presidente será entregue a seguinte representação que exprime o sentir da classe trabalhadora perante duas grandes iniquidades que a atingiram na sua dignidade, na sua consciência colectiva e no seu espírito de justiça.

Ex.º Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Senhores:

A Comissão Pró-Regresso dos Deportados, que nos seus intuitos honestos e na sua elevada missão é acompanhada pela população operária organizada e consciente — bem como pelos intelectuais que em presença do estranho e estúpido caso tomaram uma atitude desassombrada e clara — vem perante o poder legislativo, perante o executivo e o judicial, trazer o mais solene protesto e a mais indignada repulsa contra o acto bárbaro e anti-legalista, levado a efeito contra um punhado de homens que os tribunais competentes ainda não julgaram.

Pela nossa mente aturdida, as deportações sem julgamento passam ainda, ao fim de tanto tempo (!) como um pesadelo horrível — de tal forma à nossa sensibilidade moral e à nossa concepção da vida e da justiça social repugna acreditá-lo.

Todavia, temos de curvar-nos à evidência e temos de reconhecer que se não trata de uma alucinação ou de um pesadelo nascidos de uma perturbação dos sentidos ou gerados no seio de uma neurose — mas, ao contrário, de uma realidade brutal, de um facto sinistro que enoda uma Democracia, ofende a mentalidade jurídica da época em que vivemos e nega uma moral já conquistada, queimando regressivamente umas quantas etapas feitas pela Humanidade na sua marcha ascensional progressiva!

Senhores:

Por meio de um decreto verdadeiramente inconstitucional, imbuído de ideias anacrónicas — que deviam fazer corar de pejo os seus autores e colocá-los sob a acção pesada mas purificadora do remorso, se disse

fôsse susceptíveis — deportaram-se sem julgamento para as plagas africanas, alguns para regiões mortíferas, sem processo regular e sem pronúncia, umas dezenas de homens.

Há uma série de meses que o sinistro facto se praticou, tendo-se mantido essa situação, vergonhosamente, a despeito de

todos os protestos do operariado, de todas as conferências realizadas por intelectuais e profissionais do foro, de todos os manifestos a público lançados por jornalistas, homens de ciência e homens de letras, de toda a repulsa manifestada nitidamente pela opinião pública que aos poucos se foi esclarecendo e clamando justiça e respeito pela lei.

Há já males irreparáveis pois que, em virtude da surdez dos governos ou da sua pusilanimidade em presença de ameaças de certas perniciosas castas que se julgam no direito de se sobrepor aos poderes do Estado, alguns desses deportados, sem julgamento — sem julgamento e sem processo regular — por lá pereceram — quem sabe se inocentes? — deixando enlutadas suas famílias, para eles não tendo havido, sequer, o respeito que a lei impõe mesmo para com os condenados, que para o degrêdo não vão sem serem sujeitos a prévio exame médico!

Mas, já que se praticou o nefando acto e já que se tem mantido essa deplorável situação anti-jurídica e anti-constitucional, de tão desgraçadas consequências e de alguns males já agora sem reparação, que, ao menos, num momento de lucidez, de bom senso moral, de decore e de equilíbrio de inteligência, se faça, prontamente, cessar a tremenda iniquidade, fazendo regressar imediatamente à metrópole os deportados sem julgamento e submetendo-os — aqueles que pronunciados fôrem ou estejam — ao julgamento competente nos tribunais de Lisboa, que são aqueles que têm competência para da acusação tomarem conhecimento e sobre ela decidirem.

Também nas esquadras da polícia — numa situação em que faltam as mínimas condições higiénicas — se mantêm presos, há mais de sete meses, criaturas que, quando em virtude de pronúncia tivessem de estar privadas da liberdade, a sua permanência deveria ser, naqueles locais onde é costume permanecer, quando se está de baixo da alçada da lei, representada pelo respectivo juiz de direito que assinou a pro-

núncia — se não estão pronunciados — então, o seu estado nessas esquadras representa uma enorme monstruosidade, anti-constitucional também, por se verificar que já de há muito se ultrapassou os oito dias da legalidade para a formação da culpa.

SENHORES:

E isto que nos trás aqui. Vimos protestar contra uma bárbara iniquidade. Vimos, acompanhados por todos os homens de pensamento e de alma bem formada, reclamar, exigir justiça.

Vimos lembrar — e somos nós que temos de o fazer! — o rigoroso respeito pela lei e pelos direitos consignados na Constituição. Perturbada e confusa é a hora que passa, cada dia trazendo à supuração um novo escândalo, uma nova fraude, uma nova quadrilha de pessoas que tripudiam sobre a colectividade — tudo parecendo anunciar a queda próxima e ignominiosa dum estado social num fim propositual de liquidação.

O povo tudo vai vendo, acompanhando, observando, comentando e confrontando.

E o que poderá acontecer no dia — que parece adivinhar-se — em que Ele, cansado de esperar, de reclamar, de protestar, de observar e de confrontar, reconheça que tudo é inútil, que a sua voz se perde no deserto desolador das consciências mal formadas, que seus brados justiceiros não encontram eco, que tudo se afunda no pântano pestilento da iniquidade e do arbítrio de uma Democracia pervertida?

Não ameacemos. Possuídos de razão — mostramos apenas, sem subterfúgios e sem sofismas, as cruas linhas do quadro real e deplorável. — E, possuídos dessa mesma razão, exigimos respeito pela lei e, de harmonia com ela, a possível e urgente reparação de uma violenta arbitrariedade que não pode continuar a manter-se por mais tempo.

Apenas isto!

Saúde e Justiça.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1925.

A Comissão pró-Regresso dos Deportados

O proletariado vai hoje junto dos três poderes da República protestar contra os odiosos crimes da polícia

A bárbara e sumária sentença a que foram condenados os operários que se encontram nas esquadras de polícia de Lisboa tem hoje, no grande gesto do operariado a mais formal condenação, a condenação máxima do mundo que trabalha.

As arbitrárias medidas das autoridades não podiam passar em julgado, numa cidade de tão nobres tradições liberais, numa cidade cuja população tem dado a sua vida em holocausto à liberdade.

A polícia, a quem a sorte dos desgraçados cativos não lhe tem merecido a mais leve comiseração, não devia contar com a impunidade absoluta dos seus crimes, mesmo que tivesse segura de que o Código não a «tingiria». Os governos, incluindo o que está no Terreiro do Paço, deviam saber que o povo trabalhador, tão cioso das liberdades públicas não poderia ficar silencioso perante um dos grandes crimes da polícia, não podia calar a afronta que há cerca de oito meses se mantém com o máximo desalvoro.

Se fôsse função deste Suplemento esmiuçar a obra da polícia durante estes oito meses provar-se-ia que os seus processos ficaram a perder de vista dos processos mediáveis.

Não há mesmo vocábulos que possam fielmente classificar as torturas que foram infligidas a alguns dos presos. Não vamos referir-nos a todos. Alguns, porém, ajustam-se perfeitamente ao papel deste artigo, para vincular com nitidez a sua monstruosidade.

Destacaremos a que se refere ao preso José da Silva. Detido, imediatamente ao atentado ao comandante da polícia, foi miseravelmente metido num infecto calabouço sem luz e sem higiene, quando o seu estado de saúde era bastante melindroso. José da Silva estava e está perigosamente enfermo. José da Silva é um dos tuberculosos em adiantado grau. O seu internamento num hospital impunha-se; um tratamento conveniente seria de elemental justiça.

José da Silva foi «hospitalizado» na esquadra do Caminho Novo, num calabouço asqueroso, numa grande promiscuidade. Os seus companheiros de prisão ficaram sujeitos ao contágio, bastante perigoso e de funestas consequências.

A-pesar desta flagrante verdade José da

silva ainda se encontra no calabouço duma esquadra, espectorando sangue, contagiando os seus companheiros.

Um outro preso, um outro supliciado da esquadra do Caminho Novo, mais duma vez deu fortes indícios de perda das suas faculdades mentais. A lei 11 de Maio de 1911, que tão desumanamente tem aplicada a criaturas que estão tão loucas como tu, leitor, não foi extensiva a este desgraçado que permaneceu e permanece ainda numa das esquadras.

Dois presos que se encontravam no Governo Civil foram subitamente atacados de sarna. Como medida sanitária, a polícia ordenou a sua remoção para outro local. Em boa lógica, esses presos deviam ser hospitalizados. A polícia entendeu que a única «hospitalização» que convinha era encarcerá-los num dos calabouços da esquadra da Mouraria, e ali jazeram por largo tempo.

Para final reservamos aqueles dois desgraçados manipuladores de pão que foram barbaramente espancados na esquadra de Santa Marta, e que ficaram em tal estado que durante meses estiveram sequestrados porque não convinha que se observasse os sinais das agressões.

Fôram tão selváticas as agressões que durante 20 dias os infelizes estiveram a leite por não poderem tomar qualquer alimento.

Os vestígios dessas agressões foram aos jornais, passaram pelo Parlamento como macabro feito. Uma camisa esfarrapada, coberta de sangue, provou bem até onde chegaram os insíntos tigrinos dos agressores. E o que fez o Parlamento, o que fizeram alguns dos jornais onde passou esse trágico farrapo?

Limitaram-se a umas vagas referências, numa linguagem insonsa sem nenhuma menção, sem o mais leve esboço de protesto!

A completar esse sudário de atentados à vida, temos agora a polícia impondo-se ao poder judicial.

Os presos acusados de fazerem parte da «Legião Vermelha» foram pronunciados. Segundo a norma estabelecida deviam ser enviados para o Limoeiro e ali aguardariam julgamento.

A polícia sobrepos-se a este princípio, que era elemental, e faz permanecer nas esquadras os presos já pronunciados, contra a própria Constituição, contra todas as normas de justiça!

Em presença de todos estes crimes — qual devia ser a atitude do operariado?

Ir junto do Parlamento erguer os seus protestos vibrantes e afirmar perante os três poderes da República a sua repulsa contra os atentados às liberdades públicas!

Os que reclamam contra as deportações têm a seu lado o Direito e a Justiça

Quando, em 18 de Abril, a Rotunda foi ocupada militarmente houve em Lisboa um momento de surpresa e depois sobreviu o pânico. Enquanto o governo hesitava, os políticos recolhiam na sua maioria prudentemente a suas casas e se invocava entre o exército a solidariedade militar que tornaria possível a vitória da revolução fascista, o povo apareceu nas ruas a manifestar o seu propósito de se bater demodadamente contra uma revolução fascista. E o governo composto de democráticos e os políticos desse mesmo partido seriam os primeiros a ser, e duramente, atingidos pelas represálias dos que queriam pela força das armas implantar uma ditadura apoiada nas baionetas das casernas, la-se entrar num novo período sidonista, mas ainda mais cruel, mais violento, mais bárbaro e mais perseguidor do que aquele que tinham sofrido. Os democráticos iam ser arrancados dos seus empregos, perderiam os seus nichos, deixariam de ocupar seus lucrativos e sumptuosos lugares à mesa do orçamento.

Em toda a cidade — a cidade dos que trabalhavam — criou-se logo um ambiente desfavorável aos insurrectos da Rotunda, ambiente que asfixiou, que destruiu, aniquilando a implacavelmente, a ditadura militar que tinha suas tropas entrancheiradas na Rotunda e complicitades ocultas e valiosas em vários quartéis e fortes. Os trabalhadores acorreram a pedir armas, surgiram nos postos de combate a animar a resistência e a incitar os soldados. Os insurrectos foram atacados directamente por operários e nessas escaramuças entre a alma popular e os defensores da ditadura estes recuavam sempre desmoralizados pela coragem com que gente obscura, gente que não queria revelar seus nomes, os combatia.

Vencida a revolução as classes operárias mantiveram uma nobre linha de desinteresse: nada reclamaram do governo. E os democráticos ficaram senhores de todos os seus privilégios, ficaram possuindo intactas todas as posições privilegiadas que ainda ocupam no campo político e no campo económico.

* * *

E depois? Depois o governo Vitorino Guimarães, por iniciativa de Vitorino Godinho, ordenou uma perseguição em forma à classe operária. Comandava a polícia o sr. Ferreira do Amaral, cujas ideias fascistas eram bem conhecidas, sendo também por isso que os insurrectos da Rotunda contavam com ele e afirmaram a sua extranheza por não o encontrarem abertamente a seu lado. E deu-se a circunstância

Depoimentos insuspeitos contra as deportações

Do fundo da minha razão não admito condenados sem julgamento, como não concedo castigos de juizes, após as suas sentenças, por não serem sentenças com o sentir do poder. Arremessar para um clima indótil um homem, que ninguém julgou em tribunal, equivale a rasgar os direitos da justiça; é tão iníquo como esmagar julgadores que dão seus pareceres em consciência. A justiça deve ser como a liberdade, uma só e para todos. Quem as deseja torcidas não é democrata, não pertence mesmo à alcunhada reacção bem intencionada.

Rocha Martins.

Os homens da Legião Vermelha que praticaram crimes, ou de tal são acusados, têm de ser julgados. Mas deportá-los só pela informação policial, não!

Afirmo-o para a ordem era mais útil que se tivesse organizado processos? Façam-se leis. Não há quem condene? Não — senhores! — a cobardia não justifica um atropelo à lei! Mas o mais grave é que se praticaram, mais do que atropelos, abusos de atropelos! Foram deportados homens que nada tinham com a Legião. Saltou-se por cima dos próprios tribunais. Um há, cujo nome não sei, que praticou um crime, foi julgado, cumpriu a pena e saiu em liberdade. Mas a polícia não achou suficiente a pena cumprida e... deportou-o! Outro, foi julgado, foi absolvido e a polícia achou a sentença injusta e... deportou-o também! Pergunto aos homens da Ordem se a polícia já é superior aos tribunais!

José Domingues dos Santos.

O caso, no seu aspecto jurídico, não tem discussão possível; atinge as raízes da pouca vergonha jurídica, mas eu bem sei que é perder tempo neste país e nas horas que vão passando, invocar a constituição ou a novíssima reforma judiciária.

Efectivamente não se trata de deportações, são verdadeiras condenações à morte nos empastados presídios da Guiné. Poucos daqueles homens voltarão e os que voltarem virão minados do paludismo e da febre amarela.

Amácio de Alpoim

A falta de respeito pelas liberdades públicas gera revoltas, quebra a disciplina e subverte a ordem social. As violências praticadas pelos delegados do poder público podem conduzir à supressão do próprio Estado se aqueles que detêm em suas mãos a direcção dos povos não se integrarem no espírito renovador da época, presente escudado pelo alto prestígio da lei quando ele dimana do estrito cumprimento da mesma lei.

(De uma representação da Liga dos Direitos do Homem).

As deportações estão fora dos princípios republicanos. É preciso, urgentemente, pôr termo a esta medida desumana que nem no mais reaccionário dos regimes tem uma base legal, uma razão de ser jurídica.

João Camoesas

A violência das deportações não deve ser atribuída apenas ao governo que caiu. Cabem responsabilidades nelas aos clubes e casas bancárias que subsidiavam os bandos da Legião Vermelha, aos jurados que se esquivavam a assistir aos julgamentos ou absolviam por medo, e à corrupção das classes possuidoras e egoístas, que, alheadas da solidariedade humana, cavam um abismo de animadversão e rancor entre espoliados e espoliadores.

Câmara Reys

Claro está que as deportações mereceram a reprobção daqueles que entendem que não é à autoridade que cabe sair da lei e calcar os direitos consignados do código social. Considero-as lesivas do respeito humano.

Aquilino Ribeiro

O respeito pela Constituição deve manter-se acima da vontade e do capricho dos governantes. Para que servem então as leis se não se cumprem? Dizia-me um jornalista parisiense que Portugal era o país do arbítrio. A república não comporta uma permanente ditadura, que não me cancele de combater, pela pena e pela palavra, durante o antigo regime. Há artigos que caem sob a alçada do Código Penal? Lá estão os tribunais para julgar.

Magalhães Lima

de serem presos muitos daqueles que mais se distinguiram combatendo os defensores da ditadura fascista. Entrou-se no regime de terror, regime que a Batalha afinadamente combateu.

Dolorosamente o proletariado constatou que estava sendo vítima da perseguição que contra ela não usariam de início os fascistas se tivessem ficado vencedores.

A surpresa foi dolorosa. A classe operária foi ferocemente combatida, enquanto que os fascistas vencidos eram tratados com as maiores considerações, considerações que mais tarde na Sala do Risco haviam de decair na absolvição dos revoltosos, absolvição que foi uma escandalosa apoteose ao fascismo. E nesse julgamento se constatou que no 18 de Abril só havia algum capaz de hostilizar, de combater esse movimento. Esse alguém chama-se classe trabalhadora! A classe trabalhadora perseguida e vilipendiada por Vitorino Godinho!

As deportações ordenadas por democráticos foram executadas no governo civil por sidonistas disfarçados mas convictos, daqueles que pretendem em todas as situações impor o seu odio político sob a máscara de defensores da situação vigente.

E sem se atender nem à lei, nem aos princípios de humanidade, deportando-se pessoas sem julgamento, indivíduos cadastrados inventaram-lhes cadastros feitos de prisões arbitrárias ilegalmente mantidas sem culpa formada, longos meses. O sidonismo também deportou. Mas nenhum dos que deportou, morreu. Todos regressaram aquebrados, mas vivos.

Aqueles que Vitorino Godinho mandou deportar foram-nos em tais condições que cinco d'elles já não podem regressar: a Guiné guarda-os para sempre em cemitérios improvisados.

O sidonismo deportou depois de ter esmagado uma greve geral que, a triunfar, teria aniquilado gravemente a sua existência política. Vitorino Godinho, com o apoio tático do Partido Democrático, deportou após uma revolução que salvou os demo-

Nós temos afirmado que somos contrário às prisões realizadas levemente e às deportações igualmente levemente, as quais legalmente não podem fazer-se. Não há lei alguma que permita tal procedimento. Combatemos durante muitos anos a lei de 13 de Fevereiro, para que possamos agora defender uma violência ainda maior. Durante o período de zombeteira realizamos essa violência e nós combatemo-la, como podemos, não o fazendo mais energeticamente porque não tínhamos jornal onde escrever.

Nessas condições não podemos agora transigir. Só há castigo depois de julgamento e condenação. A doutrina contrária é absolutamente antagónica com os princípios republicanos. Não queremos, é evidente, a absolvição de criminosos comprovados mas também não queremos, em nome da República, o castigo sem julgamento e a deportação de inocentes.

Isso não.

De O Rebate, órgão do sr. António Maria da Silva.

Esta democracia, que se horroriza à ideia dum patíbulo, comete a hipocrisia de matar sem julgamento, fazendo da sua colónia uma vasta guilhotina, um garrote, uma máquina de assassínio. Pior que esse instrumento de suplício é a Guiné, onde se morre lentamente sem que os juizes tivessem sequer ouvido as vozes dos votados ao degredo e ao cadafalso. Um simples agente de polícia, inconsciente ou malvado, em nome de princípios de defesa social errados, agredando a um bando, ou a uma corte enriquecida por meios inconfessáveis, pode lançar para fora de todas as leis e condenar aqueles que alguns próceres do Estado outrora tiveram como auxiliares, os que beberam nas suas palavras o incentivo para os atentados. Eis o drama terrível; eis a tragédia em toda a sua nudez.

(Do manifesto assinado por 60 escritores, artistas e jornalistas).

Reclamando só a violência, e a violência cega e sem fim, não regressamos à monarquia constitucional, nem à monarquia absoluta, nem mesmo às obscuras eras do domínio godo ou mussulmano. Iramos parar à idade das cavernas. Para não irmos mais longe, recordemos a própria lei, odiosa e terrível, de 13 de Fevereiro, que foi alvo das mais intensas campanhas da propaganda republicana. Pois com essa lei, atribuída, despótica, saída dum cérebro de ditador, não se dispensava o julgamento dos anarquistas, que nela eram incursos. Sempre havia um julgamento; não era simplesmente a polícia a acusar, a sentenciar e a executar.

Mayer Garçon.

O meu pensamento, é, como não podia deixar de ser, absolutamente contrário a deportações. Sou contra o arbítrio e pela liberdade. As deportações sem julgamento, como as que vêm de realizar-se, são, não só anti-jurídicas, mas anti-democráticas. Nada as justifica, por mais interpretações que lhes dê.

Pestana Junior.

Creio ser um péssimo remédio empregado pelo governo para debelar um possível mal. O que seria necessário é que em Portugal existisse uma justiça nobre, corajosa e incorruptível, a quem se pudessem entregar casos tão complicados como estes para que destrincasse os que são sinceramente idealistas e os que são apenas criminosos vulgares.

Jaime Cortezão

Informava um jornal que na Hungria há um lugar vago: o de carrasco. E parece que este era o único lugar a que logo, de Portugal, não surgiram concorrentes. Pois nem este. Há quem deseje, acima de tudo, um lugar no estrangeiro. E o ministro do Interior, que não hesita em deportar sem culpa formada, e em mandar matar pela calada da noite, não desprezará mais este chorido lugar, em que a sua actividade sanguinária e odienta se poderá finalmente exercer à sombra da lei legítima.

(Do Diário do Povo)

Sou contra todos os processos ilegais por quanto entendo que a lei actual tem elementos bastantes para castigar quaisquer supostas infracções. É certo que se pretende justificar a deportação com a prática de actos violentos praticados por aqueles sobre quem ela incidiu, mas não colhe argumento por isso que um abuso ou mesmo um crime de nenhum modo justifica outro abuso ou outro crime.

Agostinho Fortes

cráticos do exílio e da cadeia, da perseguição e da Leva da Morte.

Esta flagrante injustiça, esta tremenda iniquidade dá à manifestação de hoje uma autoridade moral incontestável. Permite-lhe que ela possa reclamar com a maior altivez uma justiça que ninguém lhe pode negar.

Poucas, raras vezes surgiu perante uma sociedade corrupta uma multidão encarando a justiça com o prestígio que ganhou em seus abnegados combates pela Liberdade.

IMPRENSA

Riso Infantil é o título duma revista quinzenal a publicar-se em 10 de Janeiro.

Versará todos os assuntos que interessam as crianças.

SOLIDARIEDADE

Pró-José Pires de Matos

Novamente a comissão de auxílio a este prestimoso camarada e militante da organização sindical vem apelar para a solidariedade de todos os camaradas e da organização em geral.

Pires de Matos, que há longos meses se vem debatendo com uma grave enfermidade, foi, por recomendação médica, forçado a retirar-se para a província, onde presentemente se encontra. Infelizmente Pires de Matos não tem sentido aquelas melhoras que seria para desejar.

Aquela comissão, composta por camaradas, viu-se forçada a contrair empréstimos que lhe permitissem atender às necessidades contraindas por Pires de Matos com a sua estadia na província. Agora, não só para atender ao pagamento desses empréstimos, como para ocorrer às necessidades presentes, organizou a comissão uma festa que teve a sua realização no passado domingo.

A todos os camaradas e organismos a quem foram enviados bilhetes roga a comissão que os liquidem para assim não protelarem os trabalhos que estão pendentes para o restabelecimento de Pires de Matos.

Enquanto em Portugal políticos e burlões descreditam e roubam o país — a ordem da política e burlões morrem na Guiné homens cuja culpa não foi sequer apreciada pelos tribunais.

Auxiliemos os presos!

Nos calabouços da polícia e na mortifera Guiné dezenas de camaradas nossos sofrem duplamente as agruras do cativo e da fome. Suas famílias, privadas dos braços que as mantinham, passam também vida de miséria.

A todos os operários conscientes, a todos os homens de carácter cumpre auxiliar hoje, com uma partícula das suas fêrias, estas vítimas imoladas ao tórvo odio que é apanágio da sociedade em que vivemos.

Auxiliemo-los, pois!

O patriotismo dos estudantes e o dos seus empresários

Pois que dizíamos nós há dias aos nossos leitores, senão que se acatelassem para não serem ludibriados pela blague académica? Viram como tínhamos razão afirmando que a rapaziada andava a brincar aos patriotas? Podia lá ser que os nossos estudantes trocassem a sério uma campanha tão séria como a que começava a desenhar-se? Eles o que queriam era reinar! Comissões, delegações, afirmações e outros des?... Tudo reinação, amigos!

Que mentalidade estravagante a dos futuros pais da pátria! Que pasmosa imbecilidade com que se deixaram cair num tão ridículo «bluff»! Era o património... do Ultramarino em perigo, ridículos patriotas! Como pudesdes igualar na vossa parva concepção patriótica os interesses dum banco que via a sua burra em perigo com os «interesses sagrados» da pátria! Que ridículos! E as vossas comissões, delegações e considerações? Sumiram-se?

E afinal não fostes só vós a cair no ridículo. Até o próprio Ultramarino de quem inconscientemente fizestes o joguinho, até esse sangue-suga foi no embrolho! Que diabinha graúda não terá saído dos seus cofres para alimentar (ou «financiar») a campanha do Seculo! Que arrependido não estará agora por terem metido num assunto que talvez lhes venha ainda a sair caro! Pois não haverá quem meta na ordem esse descaradíssimo burlão, agora que se está com as mãos na massa?

Que fazem no Parlamento os dois grandes socialistas eleitos pela facção mais conservadora do país? Que recordos? Pagam-lhes ao menos em conta, nossos bons amigos?

Não puxemos as coisas ao trágico. Riamos, amigos, que a hora de tremenda gargalhada! Heroicos vigaristas! Devemo-vos momentos de sa alegria! Levastes de arrasto na vossa enorme rede meio mundo! O vosso ouro... de papel cegou todas as consciências! Atrás de vós correram solícitos, sorrisos nos lábios, todos os nossos bons patriotas, todos os nossos eminentes políticos, todos os honrados comerciantes! Devemo-vos o favor de desmascarar muita gente! Eles bem se esfaíam agora a dizer-se inocentes... Camachos, mas o povo já viu tudo e esse quando vê com os dois que a terra há de comer, já não há raio que o cegue...

Vigaristas? Vós que procuráveis «financiar» patrioticamente uma região que os vossos colegas políticos têm abandonado sistematicamente? Vós que nunca recusastes a vossa valiosa protecção a todos os empreendimentos que poderiam levantar esta «nossa» pobre pátria...

Nós vos saudamos patriotas ilustres, vigaristas insignes. Bem merecis da pátria... e ela vos contemplam!

“A Batalha” vende-se em todas as tabacarias

O proletariado contra o arbítrio e o crime

A Câmara Sindical do Trabalho convida o proletariado a incorporar-se hoje na sua máxima força na grande manifestação

Uma exortação da Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa

Trabalhadores do braço e do cérebro, homens de sentimentos elevados:

A Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, organismo representativo dos trabalhadores organizados da capital, exorta-vos ao cumprimento do maior dos deveres de solidariedade para com as vítimas dos desmandos do poder, comparecendo à sessão que hoje, pelas 13 horas, se realiza na Calçada do Combro, 38-A, 2.º, seguindo a encorporar-vos na grande manifestação que irá ao Parlamento apresentar o protesto veemente do povo de Lisboa contra as arbitrariedades que têm infringido os mais acrisolados direitos públicos.

O povo de Lisboa, de tão rasgadas afirmações liberais, aquele que sempre, nas ruas, nas barricadas, quer fazendo um 5 de Outubro, quer escalando Monsanto, tem escrito com o seu sangue as mais fulgurantes páginas de epopeia na história das conquistas de liberdade, não deixará de acorrer a manifestar-se mais uma vez; porém desta armada unicamente com a razão potente que lhe assiste para insurgir-se contra um novo poder brutal, o 4.º poder, o poder policial, a que se curvam todos os políticos de consciência suja, respeitando-o como uma salvaguarda dos seus desmandos, como uma garantia de abafar da revolta justa dos explorados e escarnecidos.

Em vós confia a C. S. T., povo de Lisboa! Que as fábricas e oficinas, todas as funções úteis numa palavra se paralizem e os lares se despojem, para irmos juntos dos poderes constituídos bradar justiça, mas justiça recta, para esse punhado de homens que, arrancados brutalmente a suas famílias, se definham, uns nas mortíferas paragens africanas outros nos dos vários in-paces da polícia.

A sessão e à manifestação, povo de Lisboa! A Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa

Do Sindicato da Construção Civil ao operariado da indústria

O Sindicato Unico da Construção Civil de Lisboa editou o manifesto que a seguir transcrevemos:

“E’ hoje que, promovida pela Comissão pró-Regresso dos Deportados da Câmara Sindical do Trabalho, se realiza a já anunciada manifestação de protesto junto do Parlamento contra a ilegal e iníqua situação dos deportados, sem julgamento e sem julgamento, com a sua presença, a sua solidariedade para com as vítimas dum feroz iniquidade, a sua repulsa contra as arbitrariedades cometidas.

Operários Alfaiates

O Sindicato dos Operários Alfaiates convida a classe em geral, a tomar parte em todas as manifestações de protesto que hoje se realizam contra as deportações sem julgamento, devendo abandonar o trabalho às 12 horas do dia de hoje.

Descarregadores de Mar e Terra de Almada

Ontem à tarde foi recebido nesta redacção o seguinte telegrama: CARAMUJO, 20.—Descarregadores Mar e Terra Almada solidarizam-se com a manifestação levada a efeito pró-regresso dos deportados.

As classes operárias de Vendas Novas solidarizam-se com o protesto

VENDAS NOVAS, 19.—De acordo com a grande manifestação que a Câmara Sindical do Trabalho leva a efeito na próxima segunda-feira, as associações de classe dos Operários Corticeiros, Trabalhadores Rurais e Núcleo de Juventude Sindicalista, associam-se ao movimento de protesto, pró-regresso dos deportados libertação dos presos por questões sociais sem culpa formada.

Aos operários do mobiliário

Cumpri o vosso dever! Abandonai hoje, ao meio dia, as ferramentas, e ide assistir à sessão que a C. S. T., às 13 horas, promove na sua sede e seguiu a incorporar-vos na grandiosa manifestação que junto do Parlamento irá protes-

tar contra as deportações sem julgamento e as prolongadas e iníquas prisões.

Solidariedade, operários do mobiliário!

A Comissão Administrativa

Um vibrante manifesto da Federação Marítima proclamando a paralisação do trabalho

A Federação dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais da Região Portuguesa dirigiu à numerosa classe marítima o manifesto que passamos a reproduzir:

“Há já bastante tempo que as autoridades desta democrática... República mantêm a ferros sem julgamento um punhado de trabalhadores acusados de fazerem parte da fantástica «Legião Vermelha», tendo até alguns, como é do vosso conhecimento, sido deportados para a Guiné, onde 4 desses camaradas encontraram a morte, sem que isso modifique a ferocidade dos que tudo mandam neste país.

Assim, não podiam os marítimos deixar de mostrar a sua repulsa por semelhantes processos das autoridades, em virtude do que o Conselho Federal resolveu que todas as classes Federadas parassem na segunda-feira, 21 do corrente, como protesto contra todas as arbitrariedades de que estão sendo vítimas camaradas nossos.

Que todos saibam cumprir o seu dever de trabalhadores conscientes. Abaixo a tirania.”

Manifacções de Calçado de Lisboa

Realizando hoje a Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa a manifestação de protesto contra as deportações, o Sindicato dos Manufacções de Calçado de Lisboa, interpretando o sentimento de solidariedade que deve unir todos os trabalhadores na luta contra a burguesia, convida a classe a comparecer na sede da C. G. T., às 13 horas, para assistir ao comício e incorporar-se na manifestação que vai junto do Parlamento, governo e magistratura reclamar o regresso dos deportados.

Aos jovens sindicalistas de Lisboa

Realizando-se hoje o comício e a manifestação de protesto contra as deportações sem julgamento e continuação da prisão de operários sem culpa formada, promovida pela Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, o Secretariado Central do Núcleo da Juventude Sindicalista lembra a todos os jovens sindicalistas de Lisboa, o dever de não faltarem a este comício e manifestação, demonstrando com a sua presença, a sua solidariedade para com as vítimas dum feroz iniquidade, a sua repulsa contra as arbitrariedades cometidas.

Operários Alfaiates

O Sindicato dos Operários Alfaiates convida a classe em geral, a tomar parte em todas as manifestações de protesto que hoje se realizam contra as deportações sem julgamento, devendo abandonar o trabalho às 12 horas do dia de hoje.

Descarregadores de Mar e Terra de Almada

Ontem à tarde foi recebido nesta redacção o seguinte telegrama: CARAMUJO, 20.—Descarregadores Mar e Terra Almada solidarizam-se com a manifestação levada a efeito pró-regresso dos deportados.

As classes operárias de Vendas Novas solidarizam-se com o protesto

VENDAS NOVAS, 19.—De acordo com a grande manifestação que a Câmara Sindical do Trabalho leva a efeito na próxima segunda-feira, as associações de classe dos Operários Corticeiros, Trabalhadores Rurais e Núcleo de Juventude Sindicalista, associam-se ao movimento de protesto, pró-regresso dos deportados libertação dos presos por questões sociais sem culpa formada.

Aos operários do mobiliário

Cumpri o vosso dever! Abandonai hoje, ao meio dia, as ferramentas, e ide assistir à sessão que a C. S. T., às 13 horas, promove na sua sede e seguiu a incorporar-vos na grandiosa manifestação que junto do Parlamento irá protes-

Últimas notícias

O governo proibiu a manifestação

realizando-se, no entanto o comício às 13 horas na C. G. T.

Ontem à tarde a Confederação Geral do Trabalho recebeu o seguinte officio:

“Para conhecimento dos corpos dirigentes da Confederação Geral do Trabalho, o Ex.mo governador civil do distrito de Lisboa encarrega-me de comunicar a v. ex.as que o governo deliberou proibir a sua manifestação em massa ao parlamento, anunciada para amanhã, podendo no entanto, ali dirigir-se uma comissão que trate dos assuntos que lhe interessam.

Lisboa, 20 de Dezembro de 1925.

O official de serviço

(a) João Boavida

(Tenente)

Um elemento da Comissão pró-regresso dos deportados inquirindo do portador do officio se o comício também estava proibido, foi-lhe respondido que só a manifestação é que não podia realizar-se.

Em face desta circunstância, a Câmara Sindical do Trabalho notifica ao proletariado que às 13 horas do dia de hoje, conforme estava estabelecido, terá lugar na sede da C. G. T., Calçada do Combro, 38-A, 2.º, o comício público no qual serão apreciadas as iníquas deportações sem julgamento e a permanência há cerca de oito mezes nas esquadras de polícia de algumas dezenas de operários.

A paralisação do trabalho, apesar da arbitrariedade medida do governo, far-se há às 12 horas, a fim do operariado poder tomar parte no comício.

Os maneios dos proprietários das minas inglesas

Apreciando a atitude dos proprietários das minas, Cook, o secretário da Federação dos Mineiros, escreveu no jornal «Sunday Worker» o que se segue:

A situação nas minas de carvão torna-se cada vez mais crítica. Parece que a política dos proprietários é impelir os mineiros à revolta. Apesar das promessas que fizeram, não há convenções, o que induz os patrões a intimidar os mineiros em certos distritos.

Segundo o que transpirou do inquérito da comissão carbonífera, estou convencido que os proprietários querem conduzir o ataque contra a proposta duma convenção nacional. Preconizam convenções regionais, porque querem dividir a Federação, e vencer as bacias uma após outra. O ataque contra as bacias visa em primeiro lugar os salários. Mas os patrões contam também com o governo Baldwin para voltar à lei das sete horas nos poços. Nós devemos organizar-nos para a batalha.

Sêlo da assistência

E’ obrigatório o sêlo de assistência de 15 centavos em todas as correspondências, excepto os jornais, a expedir nos dias 24, 25, 26 e 30 do corrente e 1 e 2 de Janeiro, para o continente da república e ilhas adjacentes.

Liga dos Amigos dos Hospitais

Resultado da festa de beneficência a favor da Liga dos Amigos dos Hospitais realizada por iniciativa da direcção do clube dos Restauradores (Maxim's) em 4 do corrente:—Receita: Venda de bilhetes na bilheteira, 2,900\$00; donativo da direcção pela entrada de 5 directores; 500\$00; donativo do actor Erico Braga, 100\$00; donativo da actriz D. Lina Demol, 50\$00; donativo de sr. Caetano A. Régio, 20\$00; venda de programas da festa, 1,286\$00; reservatório de mesas no restaurante, 560\$00. Total esc. 5,416\$00.

Despesa: Ornamentação das salas, programas artísticos, avenças do sêlo e imposto de transacção, transporte de plantas etc. tudo pago pela Direcção do Club.

Os Directores do Maxim's vão ainda convocar brevemente as Direcções dos Clubs congéneres a fim de elaborarem um programa de festividades a realizar regularmente em favor da Liga a qual presta por esta forma o seu concurso.

Vão realizar-se brevemente outras festas em clubes congéneres com o mesmo objectivo benéfico.



Enquanto em Portugal políticos e burlões descreditam e roubam o país — a ordem da política e burlões morrem na Guiné homens cuja culpa não foi sequer apreciada pelos tribunais.